

TESE SOBRE CONJUNTURA DO COLETIVO PÃO E ROSAS PARA O 34º CONSINASEFE (2022)

1 Considerando que:

A fase em que se encontra o complexo processo de reestruturação produtiva do capital, apoiado nos pilares da financeirização, no parasitismo especulativo e na precarização do trabalho, tem se destacado em seu principal traço distintivo, a saber, seu potencial destrutivo sobre a classe trabalhadora e sua subjetividade. Para tanto, sobretudo na periferia do sistema mundial de estados, requer-se uma investida privatista de grande monta nos serviços públicos e o desmonte de suas forças de resistência.

2 No Brasil, notadamente com a ofensiva reacionária aberta no país desde 2015-16, uma extrema direita exerceu influência sobre o bloco no poder junto às classes dominantes, o que acarreta consequências diretas para o futuro da educação pública e mesmo de todo serviço público. Nem mesmo a *conciliação de classes*, com todas as suas contradições e limites que paralisam a construção plena de direitos e o enfrentamento das opressões estruturais diversas como as de raça, gênero e classe, está em seus planos. Neste sentido, o governo Bolsonaro representa uma coalizão de extrema-direita que articula políticas econômicas neoliberais extremadas, escamoteadas por uma ofensiva autoritária e reacionária, com evidentes traços neofascistas e antissindicais que pretende ocultar o caminho sem saída representado por este modelo através da invisibilização do caráter extremo dessas opressões estruturais que concretizam cotidianamente a exploração capitalista.

3 O impeachment de Dilma Rousseff (PT) em 2015-16 significou muito mais do que uma simples manobra parlamentar e midiática fruto da ambição do então vice-presidente Michel Temer (MDB); antes disso, abriu caminho para as mais amplas contrarreformas e retrocessos conservadores na agenda político-econômica do país com intuito de reorientar o padrão de acumulação capitalista no Brasil, aprofundando sua subalternização na economia mundial, ampliando o saque ao fundo público e acentuando sobremaneira as políticas neoliberais, as expropriações e a desregulamentação do mercado; o que possibilitou maior exploração da força de trabalho com vistas à tentativa de recuperação das margens de lucro para os capitais diante de uma crise cíclica e estrutural do capital global e local. A correlação de forças entre as classes se alterou,

dramaticamente, com o deslocamento para a extrema-direita de parte considerável das camadas médias suscetíveis à manipulação a partir da perplexidade, historicamente recorrente, com a possibilidade iminente de sua proletarização na crise global, arrastando setores operários e populares manipuláveis no interior de um processo real de subproletarização. Abriu-se, portanto, no país, uma situação reacionária desde o governo terceirizado e ilegítimo do golpista Michel Temer. Neste sentido, contribuem com impacto negativo à subjetividade dos ativistas e militantes de esquerda as sucessivas derrotas políticas desde então, além das diversas consequências do Golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016 e, posteriormente, da pandemia do novo coronavírus com seus primeiros casos em fins de 2019 e reconhecimento como Pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde.

4 É notável também o aumento da fragilidade na organização independente, sindical e política, das trabalhadoras e trabalhadores no último período histórico. Nenhum desses fatores pode ser desconsiderado em uma análise de conjuntura, assim como não podemos desconsiderar o fato de que, apesar da situação desfavorável e que nos impele a uma posição defensiva, é necessário percebermos que este estado de coisas ainda não se cristalizou enquanto derrota histórica da classe trabalhadora. Essa conjuntura claramente nos obriga a nos reconhecermos como a classe ora fragilizada, exige que reconheçamos também que ainda estamos disputando os rumos e as contradições desse processo, particularmente enquanto trabalhadoras e trabalhadores do serviço público de educação, que detêm uma responsabilidade social fundamental neste elemento de disputa da correlação de forças que é o serviço público em geral.

5 O governo Bolsonaro representa um acentuado incremento da política econômica neoliberal, forçando-a a seu extremo em consonância com as forças reacionárias no país, postas cotidianamente no limiar de uma atuação neofascista. A crise econômico-social se agravou de forma vertiginosa, além da absurda perda de mais de 655 mil vidas em decorrência da gestão negacionista, inepta e corrupta da pandemia que acelerou e escancarou o processo de desmonte dos serviços públicos, produção de miséria e morte já em andamento desde a radical inflexão golpista do neoliberalismo no Brasil.

6 As bases do país pós-golpe de 2016 abriram caminho para uma série de mudanças na realidade brasileira. Aprovou-se imediatamente a inconstitucional “PEC do Fim do Mundo” na Emenda Constitucional 95/2016 que impõe o “Teto dos Gastos” por 20 anos para os setores sociais,

incluídas saúde e educação, e para os investimentos públicos em geral, exceto para os recursos destinados ao pagamento dos juros e serviços da dívida pública conforme o espírito neoliberal extremado e altamente predatório que se seguiu ao golpe.

7 As contrarreformas trabalhista (Lei 13.467/2017) e previdenciária (Emenda Constitucional 103/2019) atacaram brutalmente as condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, além de reduzir o poder de negociação dos sindicatos (prevalência do negociado sobre o legislado), reforçando o trabalho intermitente, as terceirizações (Lei nº 13.429/2017, Terceirização Total e Irrestrita), a precarização e a informalidade.

8 O aumento da taxa de mais-valia através do processo de desmonte de direitos construídos no século XX pelas lutas da classe trabalhadora, cínica e ideologicamente chamado de “Custo Brasil”, avançou inevitavelmente sobre todos os direitos, ferindo de morte, inclusive, os serviços públicos. O ataque à soberania nacional foi acelerado pelas privatizações de empresas e elementos de infraestrutura nas áreas rodoviária, ferroviária, portuária, aeroviária e energética, além da ampla devastação ambiental (desmatamento ilegal, inibição à fiscalização ambiental e à inspeção de agrotóxicos e mineração, por exemplo) além de ataques aos direitos dos povos originários indígenas, dos quilombolas e populações ribeirinhas.

9 A proposta de “Reforma Administrativa” significou uma inflexão ainda mais radical no neoliberalismo golpista, ameaçando de morte a própria ideia de administração pública e criando mecanismos que tornam possível a privatização completa do Estado brasileiro e mesmo a eliminação do conceito de serviço público. Construída desde 2020 e impulsionada como campanha nacional vigorosa no segundo semestre de 2021, a mobilização da classe trabalhadora contra a PEC 32, sobretudo dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, entre os quais o SINASEFE cumpriu um papel de destaque, sobretudo no interior do FONASEFE, foi provavelmente a maior vitória da classe trabalhadora desde o golpe de 2016. Vitória que aprofundou o enfraquecimento do governo Bolsonaro já em curso em decorrência da trágica gestão da pandemia e do agravamento da crise econômica que atingiu especialmente a classe trabalhadora e camadas médias, que coincidiu com o ápice do movimento *Fora Bolsonaro*, no qual o SINASEFE também participou decisivamente, mostrando que um sindicato classista precisa se articular com movimentos sindicais, sociais, estudantis e políticos mais amplos para assegurar os direitos de sua categoria atacados dentro de um contexto maior de desmonte neoliberal de direitos de toda classe trabalhadora.

10 O complexo processo neoliberal de reestruturação produtiva do capital e do trabalho, que tende a fragmentar a classe trabalhadora, contraditoriamente abre um espaço histórico para reconstruir a unidade diante da perspectiva de subproletarização generalizada, assim como abre espaço também para a ofensiva reacionária e mesmo neofascista que se projetou no Brasil nos últimos anos, a qual se consolidou com a combinação de políticas econômicas neoliberais extremas com um autoritarismo obscurantista reacionário. Deste modo, assumindo que vivenciamos um complexo processo de reestruturação produtiva do capital e do trabalho que articula a crise do sindicalismo e dos partidos contemporâneos com elementos do ideário neoliberal, da fragmentação da classe trabalhadora e da ofensiva reacionária que se projetou no Brasil nos últimos anos, a qual se consolidou com a combinação de políticas econômicas neoliberais extremas com um autoritarismo obscurantista reacionário, devemos reconhecer que o SINASEFE encontra-se diante de um gigantesco desafio histórico!

11 Desde março de 2020 temos enfrentado o endurecimento de três dimensões da crise nacional: sanitária, política, e socioeconômica. O que os governos têm feito é nada menos do que aproveitar da pandemia do COVID-19 para “passar a boiada” e impor duríssimas condições para as trabalhadoras e trabalhadores, condições que são propagandeadas como temporárias mas planejadas como definitivas, com pautas privatistas e de ampla destituição de direitos.

12 Os ataques aos direitos da classe trabalhadora necessariamente vão além do mundo do trabalho e atingem diretamente os setores estruturalmente mais oprimidos da classe trabalhadora, como negra(os), mulheres e população LGBTQIA+. Convém ressaltar que durante essa crise sanitária causada pelo COVID-19 estes setores são os que mais sofrem com falta de acesso à saúde, com parcela significativa vitimada de maneira fatal ou sequelada, com falta de acesso à educação, falta ou acesso precário à moradia e transporte coletivo adequado e a consequente impossibilidade de manutenção do distanciamento físico necessário recomendado pelas autoridades de saúde. Afinal, são esses setores que predominam nas fileiras dos desempregados e nos subempregos com menos direitos e piores remunerações, que além da exclusão e opressão de classe, vivenciam a contínua violência mobilizada contra seu gênero, sexualidade, etnia, raça, origem e tantos outros elementos perpetuadores da profunda e estrutural inequidade social que precisam ser superados para que possamos, de fato, combater radical e efetivamente a opressão de classe.

13 No ano de 2022 as condições de degradação material da vida dos trabalhadores e trabalhadoras, o empobrecimento vertiginoso acelerado pela inflação, e a permanência de um desemprego muito elevado, entre outros fatores, colocam o Brasil como um dos países que pior se recuperam de uma pandemia que ainda não acabou e que ainda pode ressurgir em ondas no decorrer do ano, em função de variantes que eventualmente mudem o atual cenário epidemiológico em que a curva epidemiológica apresenta tendência de diminuição. Vale registrar que o cenário ainda é muito preocupante, pois, a média móvel do número de contaminações e óbitos está acima de 400 segundo dados do CONASS - Conselho Nacional de Secretários de Saúde (verificados em 08/03/2022) e a desigualdade de distribuição e vacinação mundial põem em risco todos os esforços envidados de 2019 até o presente momento.

14 O retorno presencial na Rede Federal de Ensino Profissional durante a onda da variante Ômicron evidencia o estrangulamento orçamentário neoliberal que, ano após ano, avança sucateando nossa Rede até o limite da inviabilização das atividades e que traz, necessariamente, precarização extrema das condições de trabalho e da permanência estudantil. Sob forte ataque, a defesa da Rede Federal de Ensino Profissional em toda sua complexidade e potencialidade nunca completamente desenvolvida, e dos direitos e condições de trabalho dos servidores da educação que garantem esse serviço público, é uma tarefa histórica do nosso sindicato.

15 Nos Institutos Federais 20% das vagas devem atender, de forma obrigatória, as licenciaturas. Mas desde sua implementação em 2008, podemos constatar que essa proposta de verticalização do ensino do ensino médio com o ensino superior nos Institutos Federais, que inicialmente parecia existir para garantir ao nosso aluno mais uma escolha dentro de um contexto articulado de ensino, pesquisa e extensão e não apenas “uma porta ao lado” ao ensino superior, tem se mostrado como um conflito de trabalho para os docentes da carreira EBTT criada junto com os Institutos mas que tem deixando de ser uma carreira que conecta e transita entre o ensino médio e superior para uma carreira superexplorada com excesso de demanda e carga-horária.

16 O pleito nacional que nos aguarda em outubro de 2022 irá pautar grande parte dos debates do próximo período. A necessidade de se derrubar Bolsonaro é vital e urgente, pois, o mesmo ainda não está derrotado, embora tenha se enfraquecido. Atentemos para o fato de que, apesar do evidente desgaste, nenhum setor significativo da burguesia se deslocou para o impeachment de Bolsonaro até agora e, além disso, o governo Bolsonaro conta com o suporte do

comando das Forças Armadas, de milícias, de igrejas evangélicas e de grupos de comunicação de massa (Record, SBT e Rede TV, por exemplo), além, é claro, do *experiente e eficiente* uso das mídias sociais, através da disseminação de *Fake News* como método de comunicação. Portanto, é um erro subestimar a capacidade de mobilização política bolsonarista, especialmente quando nenhuma candidatura da “terceira via” da burguesia golpista parece aglutinar votos. Importante, ainda, não confundir o fenômeno bolsonarista com sua expressão eleitoral. Não descartamos a hipótese de Bolsonaro retomar a ofensiva, recuperando popularidade e capacidade de iniciativa, além de suas pretensões de lançar mão de aventuras golpistas ou ações de maior radicalização à extrema-direita, não aceitando o resultado das eleições.

17 Desde o último período, a anulação dos processos de Lula e a desmoralização da Operação Lava Jato trouxeram o líder petista ao centro da política nacional. Desde o ano passado, a realidade tem sido marcada pelos movimentos “**Fora Bolsonaro!**” e pelo início do debate programático para as eleições. Abriu-se uma crise previsível e, em certa medida, inevitável, na tática eleitoral da esquerda: unificar a esquerda em torno de um projeto comum ou apresentar candidaturas próprias?

18 É necessário compreender que as eleições de outubro de 2022 podem até certo ponto paralisar ou mesmo reverter parte desse processo de avanço brutal do Capital sobre a classe trabalhadora, que, contudo, vai continuar como tendência neoliberal maior de um processo histórico mundial que tem que ser revertido sistêmica e estruturalmente para além de contra-tendências, por uma ampla mobilização da classe trabalhadora, que permanece nitidamente interdita pelo neoliberalismo extremado do pós-golpe no Brasil.

19 É necessário também compreender que em outubro não teremos uma eleição ordinária dentro da tradição democrático liberal burguesa. As instituições continuam vacilantes em relação ao golpismo e amplos setores institucionais e burgueses ainda fazem cálculos políticos sobre a manutenção de Bolsonaro, eventualmente até com algum verniz democrático eleitoralmente temporário, ou variantes mais palatáveis do mesmo golpismo ainda em curso. Derrotar Bolsonaro é urgente e civilizacional, sua vitória significaria o fechamento do regime com a escalada das repressões de praxe à luta da classe trabalhadora contra o desmonte certo e acelerado do Estado e do serviço público, e conseqüentemente, da própria figura do servidor público e, conseqüentemente, de toda nossa categoria.

20 Também é preciso compreender que no cenário eleitoral cada vez mais consolidado, assim como se faz improvável uma terceira via burguesa com vernizes eleitorais democráticos de um golpismo mais palatável, muito menos há viabilidade eleitoral à esquerda do bloco lulista, isto é, um espaço para a apresentação de uma candidatura de esquerda radicalmente anticapitalista, reduzida à condição de uma candidatura testemunhal, sem audiência de massas em um momento histórico decisivo para toda a classe trabalhadora. Por isso, defendemos a unidade eleitoral entre as esquerdas, a partir da tática da Frente Única de Esquerda sem aliança com golpistas.

21 O SINASEFE deve se empenhar também na defesa da democracia num momento tão decisivo da luta da classe trabalhadora, como parte das lutas políticas maiores que envolvem também, e sobretudo, lutas sociais e sindicais diretas; envolvendo-se ativamente na pauta eleitoral e apoiando um bloco lulista contra o bolsonarismo e contra o desmonte instalado no país. Claro que sem perder de vista as contradições programáticas do bloco lulista ao não apontar para a revogação ampla e completa da agenda neoliberal extremada, inclusive pelo modo como está sendo construído esse bloco de espectro político demasiado amplo; radicalidade programática alicerçada numa mobilização intensa da classe trabalhadora em luta que é historicamente necessária para enfrentar a crise estrutural capitalista e reverter sua tendência neoliberal maior, mas que em termos de realismo histórico se mostra eleitoralmente inviável em 2022.

22 De tal modo, a discussão sobre um programa não deve ser feita de forma estática, mas partindo do momento político no qual estamos, onde o principal desafio da esquerda e da classe trabalhadora é derrotar Bolsonaro em 2022, encerrando quatro anos de um presidente neofascista e negacionista. A derrota do bolsonarismo, no entanto, não está garantida e por isso acreditamos que a esquerda deve estar unida. Acreditamos que não é possível medir forças com o neofascismo e a extrema-direita, não havendo espaço eleitoral à esquerda do bloco lulista, isto é, um espaço para a apresentação de uma candidatura de esquerda anticapitalista, reduzida, como dissemos, à condição de uma candidatura testemunhal e sem audiência de massas.

23 Apesar de sabermos das contradições do programa lulista - que não apoiamos naquilo que não combate o neoliberalismo profundamente enraizado no Brasil ao se lastrear em uma conciliação de classes e alianças burguesas que tendem a fazê-lo girar em falso nas contradições entre as fortes tendências neoliberais e tímidas contratendências paralisadas nesta ampla e historicamente insustentável aliança com uma burguesia radicalizada no meio de uma crise

estrutural do capitalismo - o momento histórico exige ir além de purismos e rigidez tática. *Ao contrário, precisamos de flexibilidade tática e rigidez nos princípios.* Por isso, o SINASEFE deve se empenhar também nas lutas em defesa da democracia, envolvendo-se ativamente na pauta eleitoral e chamando voto em Lula contra o bolsonarismo e contra o desmonte instalado no país, o qual avançará tão devastadoramente se passar pelo crivo eleitoral deste ano que pode implicar mesmo numa das maiores e mais longevas derrotas históricas da classe trabalhadora brasileira

24 Para reverter o legado das medidas golpistas e as políticas bolsonaristas, entretanto, não é possível construir alianças com setores que não apenas articularam o golpe de 2016, como também apoiaram toda a agenda de ataques à classe trabalhadora e contrarreformas. É preciso, ao contrário, estabelecer uma unidade entre os partidos de esquerda e os movimentos sociais, embalando a campanha eleitoral e as lutas sociais em uma mobilização crescente. Por isso, defendemos que o SINASEFE esteja na linha de frente do combate ao bolsonarismo, sendo categórico na defesa de um programa para a classe trabalhadora, em defesa do funcionalismo público e da Rede Federal de Educação Profissional, Técnica e Tecnológica.

25 Aqui é importante esclarecermos uma polêmica: Não defendemos a Frente Ampla com setores burgueses com Lula presidente. Defendemos Lula como candidato da Frente de Esquerda, sem alianças com a direita, com independência de classe e defendendo o programa da classe trabalhadora. Ocorre que, independentemente do próximo governo eleito, o SINASEFE deve, necessariamente, se empenhar em ser um sindicato que esteja na vanguarda da luta e resistência em defesa dos Institutos Federais diante de qualquer governo, aglutinando as pautas nacionais com a defesa de nossa Rede.

26 Sobre a especificidade das Eleições Presidenciais de 2022: É preciso caracterizar essa eleição como *plebiscitária*: quem concorda com reeleição de Bolsonaro ou quem quer sua substituição. Quem discorda de Bolsonaro deve votar em Lula! Independente se a direção petista e Lula farão ou não alianças amplas com a direita (o que não concordamos), o SINASEFE e os ativistas de esquerda devem fazer campanha desde o primeiro turno para Lula tratando a defesa da *Frente de Esquerda* como política de *exigência*. Para tanto, ainda que o cenário seja eventualmente uma Frente Ampla com Alckmin vice (o que também não concordamos), batalharemos pela criação de comitês de campanha em apoio a Lula, retomando o trabalho de base com a Frente de Esquerda sem apoiadores golpistas.

27 Abriremos o debate para a necessidade de um programa de reformas estruturais e anticapitalistas: A este chamado, não somente o nosso sindicato mas toda a esquerda deverá atender, inclusive, preparando o cenário pós-eleitoral, afinal o SINASEFE não ficará, em hipótese alguma, a reboque de qualquer governo, independente de quem seja o inquilino de plantão no Palácio do Planalto. Sabemos que quem irá garantir nossas conquistas não são os governos eleitos, mas o *povo organizado nas ruas e no local de trabalho*. Nossa campanha, ainda que eventualmente minoritária dentro do bloco lulo-petista, será de construção da Frente de Esquerda, independente de haver ou não a decisão majoritária pela Frente Ampla (possibilidade de aliança encabeçada pelo principal partido da esquerda com uma liderança burguesa decadente e setores golpistas).

28 Por um lado, precisamos abrir esse debate com aqueles que têm esperanças (e ilusões) sobre um eventual governo de colaboração de classes com a burguesia e a direita golpista como saída para a crise brasileira, e por outro, incorporar a esquerda socialista nesta tática eleitoral. Não teremos nas nossas fileiras nem o oportunista quietismo eleitoral deslumbrado pela conciliação de classes nem tampouco o sectarismo ultra-esquerdista que confunde desejo com realidade.

Por isso, no seu 34º Congresso, o SINASEFE resolve lutar:

1. Pela eleição em outubro de um bloco lulista alicerçado numa Frente de Esquerda como a forma realista, *imposta pela conjuntura*, de derrotar Bolsonaro e a “terceira via” da burguesia golpista, bem como de enfraquecer o neofascismo e o neoliberalismo extremado; forças estas que, caso eleitas, ameaçam impor uma derrota histórica de grandes proporções às lutas da classe trabalhadora.
2. Pelo fim do legado do Golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016 e pelo avanço dos interesses da classe trabalhadora! Nesse sentido, são prioritárias a revogação do Teto de Gastos, da Contrarreforma Trabalhista e da Contrarreforma Previdenciária.
3. Pelo questionamento da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Desvinculação das Receitas da União (DRU), tendo em perspectiva a luta social mais ampla no sentido de regulá-las por uma *Lei de Responsabilidade Social que garanta a manutenção e ampliação efetiva dos serviços públicos universais, gratuitos, de qualidade e com gestão pública direta sob controle popular!* No mesmo sentido, as Privatizações também devem ser revogadas,

como a da Eletrobras e de refinarias da Petrobras, bem como começar um processo de reversão das terceirizações do serviço público enquanto verdadeiras privatizações disfarçadas.

4. Pela reversão das reformas neoliberais em geral e, especificamente, naquilo que fizeram avançar na mercantilização da educação, como a Reforma do Ensino Médio, o processo de revisão da BNCC e do PNLD, consonantes com o projeto do governo do “Novo Ensino Médio”.
5. Pelo fortalecimento do FONASEFE e da relação deste e do SINASEFE com outros sindicatos e fóruns sindicais do setor público federal, estadual, municipal e também privado, bem como o fortalecimento da relação do SINASEFE com os movimentos sociais e estudantis.
6. Em defesa do SUS! Saúde pública, universal, gratuita, de qualidade e com gestão pública sob controle popular direto!
7. Pela recomposição orçamentária e investimento estratégico na Educação pública, na Ciência e na Tecnologia!
8. Em defesa do serviço público em geral, não à PEC 32! Abaixo a Reforma Administrativa! Por um serviço público fortemente referenciado na inclusão social com gestão pública sob controle popular direto.
9. Pelo direito ao trabalho, pela defesa dos empregos dos trabalhadores e incentivo à criação de empregos públicos em primeiro lugar, mas também da auto organização e de empregos privados de pequenos e médios empresários.
10. Lutar por uma renda básica universal para todas e todos! Pela recomposição do valor do salário mínimo conforme as referências do DIEESE! Pelo congelamento dos preços dos alimentos da cesta básica, da água e da energia! Pelo fim da atual política de preços de combustíveis da PETROBRAS vigente desde o Golpe de 2016! Lutar pelo aumento do poder aquisitivo da classe trabalhadora é lutar contra a inequidade social.

11. Por uma nova relação com o meio ambiente, contrária a devastação mercantilizadora da vida pelo capitalismo! Pela defesa intransigente da preservação da Amazônia e de toda a nossa biodiversidade! Pela defesa dos povos e territórios indígenas, ribeirinhos e quilombolas!
12. Para que os ricos paguem pela crise! É necessária e urgente a taxação de grandes fortunas e a revogação das reformas antipopulares que propiciaram os lucros exorbitantes do grande capital em detrimento dos direitos da classe trabalhadora. É necessário enfrentar o até então “intocável” mercado financeiro que drena diuturnamente os recursos públicos até o limite, causando-lhe paralisia. Os bancos privados devem ser amplamente regulados, os pequenos negócios das cidades e a pequena produção agrícola no campo precisam usufruir de financiamento público a taxas de juros reduzidas, sendo as verbas atreladas à utilidade social dos negócios e ao desenvolvimento de mecanismos de redução dos danos ambientais e sustentabilidade.
13. Pelo fim do Genocídio da População Negra disfarçado de “Guerra às Drogas”! Pela desmilitarização das polícias!
14. Pelo fim do Femicídio e todas as outras violências de natureza misógina, pelo reconhecimento amplo e irrestrito dos direitos reprodutivos das mulheres. Em defesa do direito ao aborto seguro pelo SUS.
15. Pelas reformas urbana e agrária radicais e efetivas que enfrentem e derrotem os interesses do grande Capital, do latifúndio e da especulação imobiliária e fundiária.
16. Pelo poder popular. A democracia não pode continuar restrita ao voto em cada pleito eleitoral. A democracia direta precisa ir além dos limites de uma democracia meramente representativa. Um governo *de esquerda* deve, necessariamente, superar as paralisias inerentes às alianças com a burguesia e construir sua força, para além dos *lobbies* que embaralham corruptamente a relação público-privado, pela mobilização e organização da maioria trabalhadora do povo.

17. Pelo anti-imperialismo e internacionalismo. O comércio exterior deve ser controlado pelo Estado, e gerido de acordo com os interesses da classe trabalhadora com prioridade estratégica para o mercado consumidor interno dos produtos de primeira necessidade. A solidariedade em relação às lutas anti-imperialistas e pela auto organização da classe trabalhadora contra os interesses do grande capital imperialista e local deve ser um horizonte fundamental da luta das trabalhadoras e trabalhadores.
18. Pela defesa da Auditoria Cidadã da Dívida Pública da União e dos estados.
19. Pelo combate a todas formas de opressão de gênero, raça, sexualidade, etnia e classe. Pela criminalização de todas as formas de violência à comunidade LGBTQIA+.
20. Pelo combate às perseguições políticas dentro da Rede Federal de Ensino, no Serviço Público em geral e em toda a sociedade.
21. Pela defesa das Pessoas Com Deficiência, para que recebam as condições necessárias possam exercer plenamente suas potencialidades, inclusive, seus direitos e deveres, políticos e sindicais.
22. Pela urgente e necessária valorização e proteção das aposentadas e aposentados, pela garantia de paridade, pelo fim das contribuições previdenciárias após a aposentadoria. Por uma política de valorização de saberes e práticas no serviço público que permita aos aposentados interagir com ativos em fóruns afins.
23. Pela necessária e urgente reestruturação da carreira EBTT: É necessário que os conceitos fundamentais da carreira EBTT sejam debatidos com a categoria, através da intermediação do SINASEFE, e passem a fazer parte da lei que regula o Plano de Carreira. Atualmente existe somente uma tabela, sem nenhum conceito básico estabelecido, por exemplo: Step, Formação Continuada, Dedicção Exclusiva, Isonomia nos Vencimentos, Proporcionalidade nos vencimentos entre 20 horas e 40 horas, dentre outros.

24. Valorização do PCCTAE: Pela necessária e urgente atualização do Piso Salarial das(os) Técnicas(os) Administrativas(os) em Educação que deve ser estabelecido pelo mínimo do DIEESE. Aumento do step para 5%, como historicamente defendemos.

Assinam esta tese:

Saulo Daniel Campos de Oliveira - IFBA

Rogério Amorim - IFNMG

Henrique Nascimento da Silva - IFPA

Leonardo Carretta da Silva - CEFET/RJ

Flávio Ferraresi - IFSP

Patrícia Conceição de Souza - IFBA

Arivaldo da Silva Souza - IFBA

Demian Boaroli - IFRS

Márcio Maltarolli Quidá - IFSULDEMINAS

Stânio de Sousa Vieira - IFTO

Rita Sidmar Alencar Gil - IFPA

Lissandra Luvizão Lazzarotto - IFRS

Arielly Dayane Lima Ribeiro- IFAC

Maria Nildes Batista Silva - IFPA

Joilson Silva Porto - IFAM

Luisa Ramos Senna Souza -IFBA

Gabriel Adolfo Garcia - IFFARROUPILHA

Givaldo da Silva Visitação - IFBA

Hélio de França Gondim - IFPB

Thalimar Matias Gonçalves - IFES

José de Araujo Pereira. SINTEFPB

Flávio dos Santos Barbosa - SINASEFE-CMR-EAMPE

Michel Torres - IFRJ

Fernanda M. Furlan - IFAL

Jackson Ricardo Marcelino Braz – IFES

Paula Francisca da Silva - IFNMG

Marcos Francisco Serafim de Souza - IFPA

Eduardo Janser de Azevedo Dantas - IFRN

Lourdes Rafaella Santos Florencio - IFCE

Márcio Alves de Oliveira - IFSP
Maria Amélia Ferracciú Pagotto -IFSP
Carlos David de Carvalho Lobão - IFPB
Fabio de Oliveira Dias - IFSul
Odemir Vieira - IFSC
Paulo Marconi Linhares Mendonça - IFCE
Raimundo Joaquim Façanha Serra - IFPA
Hélio de França Gondim - IFPB
Jefferson Oliveira Lima - IFPA
Claudio Enrique Fernández Rodríguez - IFRS
Jeanne Cristina Sampaio Botelho - IFMG
Soraya Cristina Pacheco de Meneses - IFS
Natália Ayres da Silva - IFCE
George Bezerra Pinheiro - IFCE
Maíra Ferreira Martins - IFSP
Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha - IFBaiano
Derley Menezes Alves – IFS
Ana Cláudia Gouveia de Sousa - IFCE
Leandro Rafael Prado - IFBA
Gilvan Azevedo dos Santos - IFMA
Maria Cleide da Silva Barroso - IFCE
Ana Paula Brasil - IFES
Maria Artemis Ribeiro Martins - IFCE
Paulo Raimundo Stering Malta - IFBA
Samantha Macedo Lima - IFCE
Poliana Coste e Colpa - IFSULDEMINAS
Fabiano Rosa de Magalhães - IFNMG
Leandro de Oliveira Cedraz - IFBA
Jean Luís Gomes de Medeiros - IFPB
Maíra Nobre de Castro - IFCE
Solange Aparecida da Silva Mendes - IFMG
Maria da Conceição Vieira - IFMG
Regina Raimunda Alves - IFMG
Iracildes Silva Oliveira - IFS

Rodrigo Ferreira Rodrigues - IFES
Deivson Luiz Matos da Silva - IFS
Patrícia Conceição de Souza - IFBA
Irismar Monteiro Brasil - IFPA
Sady Salomão da Silva Alves -IFPA
Grazielle Nayara Felício Silva - IFSP
Ana Carolina de Abreu Pinho - IFRJ
Suely Corvacho IFSP (Prof. Aposentada)
Armando Cezar da Silva Pompermaier - IFAC
Rui Santos Carigé Júnior - IFBA
Thalissmar Matias Gonçalves - IFES
Amarildo Mendes Lemos - IFES
Ana Virgínia de Souza Rocha - IFCE
Cícero Hermes Batista Lobo - IFMA
Tânia Regina Barbosa de Sousa - IFS
Glaudertone Andrade de Barcéllos - IFES
Felipe Henrique Gonçalves da Silva - IFES
Geisa Lourenço Ribeiro - IFES
Raimundo da Conceição de Jesus Fraga - IFBA
John Karley de Sousa Aquino - IFCE
Cristiane Marques Santos - IFPA
Rômulo Alexandre Silva - IFPB
Jefferson Oliveira Lima - IFPA
Gustavo Reis San Martin - Instituto Federal Farroupilha
Luís Antônio de Araújo Costa - IFBA
Lissandra Luvizão Lazzarotto - IFRS
Carlos Eduardo Bartel - IFC
João de Lima Cabral - IFAC
Normando Raimundo de Lima Junior - IFBA
Marta de Souza França - IFBA
Leandro Oliveira Campos - IFTO
Hugo Manso - IFRN
Anderson Alves Esteves - IFSP
Fillipe Perantoni - IFPB
Klaus Rene Trein Laino - IFTO

Rogério de Souza - IFSP
Jonas Pereira Gomes - IFMA
Valerio Arcary - IFSP
Márcio Pironel - IFSP
Paulo Marconi Linhares Mendonça - IFCE
Francisco de Assis Queiroga - IFPB
Pedro Lima Filho - IFPB
Eliezer da Cunha Siqueira - IFPB
Sebastião Saraiva Neto - Instituto Federal Farroupilha
Anelise Alves Monteiro - IFS
Jonny Nelson Teixeira - IFSP
Daniel Teixeira Maldonado - IFSP
**Adriano Carmelo Vitorino Zão - Instituto Nacional de
Educação de Surdos (INES)**
Romulo Duarte Paulsen - IFSul
Guaraci Cardoso Soares, IFPA, ETRB e CIABA
Renálide de Carvalho Morais Fabrício - IFPB
Yara Silvia Freire Rabay - IFPB
Yuri Ribeiro Moleiro IFSP
Danielle Lima Costa- IFMA
Antonio Jesus Souza Melo Neto - IFPB
Antônio Rubens Oliveira Lucas -IFBA
Willy Deivson Leandro da Silva - IFTO
Ludimilla Alves Mota IFTO
Márcia Soraya Teani - IFSP
Silas José de Lima - IFTO
Emanoel Igor da Silva Oliveira - IFBA
Aurélio W Néspoli IFSP
João Paulo França - IFPB
Ana Paula Lopes Siqueira - IFF
Maria Rodrigues Oliveira - IFPA
Jaime do espírito santo Vieira Junior- IFTO
Rejane Marinho de Sousa - IFTO
Francisco de Sales Oliveira Filho - IFPB
Inocencia Assumpção Nunes Cruz - IFTO

Raimundo Joaquim Façanha Serra - IFPA
Henrique Brum Moreira e Silva - IFTO
Teresa Kikuchi do Vale - IFTO
Edwardes Amaro Galhardo - IFTO
Cristiano Raykil Pinheiro - IFBA
Laurenir Santos Peniche - IFPA
Graça Elda Vasconcelos - IFPA
Claudenira Cavalcante Melo - IFCE
Camila Aparecida da Silva - IFSP
Leonardo Crochik - IFSP
Nadja Maria de Lima Costa - IFRN
João Campinho - IFSP
Allan Patrick de Lucena Costa - IFPB
Cícero Agostinho Costa - IFCE
Josicleia Vieira de Abreu do Vale - IFCE
José Luiz Papa - IFMG
Regina Célia Marinho Cavalcante- IFG
Clarissa Maciel Cavalcante - IFPA
Alessandro Emilio Teruzzi - IFSP
Marcos Reis dos Santos - IFBA
Jorge Emanuel Luz de Souza - IFBA
Alex de Souza Ivo - IFBA